



# Política de proteção de dados pessoais

|  |          |
|--|----------|
| <b>1. Objetivo.....</b>  | <b>3</b> |
| <b>2. Campo de aplicação.....</b>  | <b>3</b> |
| <b>3. Definições.....</b>  | <b>3</b> |
| 3.1. Noção de dados pessoais.....  | 3        |
| 3.2. Noção de dados sensíveis.....   | 3        |
| 3.3. Titular dos dados.....  | 3        |
| 3.4. Responsável pelo tratamento.....  | 3        |
| 3.5. Subcontratante.....   | 4        |
| 3.6. Tratamento.....   | 4        |
| 3.7. Destinatário.....   | 4        |
| <b>4. Identidade do responsável pelo tratamento e informações de contacto.....</b>               | <b>4</b> |
| <b>5. Dados pessoais sujeitos a tratamento.....</b>  | <b>4</b> |
| 5.1. Recolha, finalidades e base jurídica.....   | 4        |
| 5.2. Consentimento.....  | 5        |
| 5.3. Prazo de conservação.....   | 6        |
| 5.4. Minimizar a recolha e a conservação dos dados pessoais.....                                 | 6        |
| <b>6. Medidas de segurança técnicas e organizacionais.....</b>                                   | <b>6</b> |
| <b>7. Transferência de dados para países terceiros.....</b>                                      | <b>7</b> |
| <b>8. Exatidão dos dados, responsabilidade, transparência e direitos dos titulares dos dados</b> | <b>7</b> |
| <b>9. Direito aplicável e jurisdição competente.....</b>   | <b>8</b> |
| <b>10. Seguimento e alterações da presente política.....</b>                                     | <b>8</b> |

## 1. Objetivo

O presente documento formaliza a política de proteção de dados pessoais da Denos Medical Assistance (DMA). Constitui um quadro de referência em matéria de proteção de dados, descrevendo o conjunto das regras de gestão e de governação aplicáveis à proteção de dados pessoais na DMA.

## 2. Campo de aplicação

A presente política de proteção de dados pessoais aplica-se a todas as atividades da DMA e depende da aplicação do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados – RGPD. Esta política é aplicável à DMA e a todas as suas filiais presentes no território da União Europeia.

Para as filiais fora da União Europeia, esta política aplica-se se estas efetuarem um tratamento de dados pessoais relativos a pessoas que se encontrem no território da União.

Esta política de proteção de dados pessoais aplica-se também às filiais que tratam os dados pessoais que se encontrem em países fora da União Europeia aos quais se aplica o direito de um país membro da União Europeia.

Para uma filial da DMA ou a sua nova implantação fora da União Europeia, o tratamento de dados pessoais dos titulares que não sejam membros da União Europeia deve fazer-se em conformidade com a regulamentação local em matéria de proteção de dados pessoais.

## 3. Definições

### 3.1. Noção de dados pessoais

Designam qualquer informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como, por exemplo, um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social.

### 3.2. Noção de dados sensíveis

Designam dados pessoais que revelam, direta ou indiretamente, a origem racial ou étnica, as opiniões políticas, as convicções religiosas ou filosóficas ou a filiação sindical, bem como o tratamento dos dados genéticos, dos dados biométricos para efeitos de identificação de uma pessoa singular, dos dados relativos à saúde ou dos dados relativos à vida sexual ou à orientação sexual de uma pessoa singular.

### 3.3. Titular dos dados

Designa uma pessoa singular para a qual os dados pessoais são recolhidos ou tratados pela DMA, ou por um subcontratante da DMA, independentemente da sua utilização.

### 3.4. Responsável pelo tratamento

O responsável pelo tratamento designa a pessoa singular ou coletiva que determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais

### 3.5. Subcontratante

O subcontratante é a pessoa singular ou coletiva, uma empresa ou uma autoridade pública que trata os dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento destes, no âmbito de um serviço ou de uma prestação de serviços.

### 3.6. Tratamento

Esta noção designa qualquer operação ou conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais, independentemente dos meios utilizados. Por exemplo, a recolha, a organização, a conservação, a alteração, a transmissão, ou a comparação com outros dados.

### 3.7. Destinatário

O destinatário designa a pessoa habilitada, tendo em conta as suas funções, a receber comunicações de dados registada num ficheiro ou tratamento.

## 4. Identidade do responsável pelo tratamento e informações de contacto

Responsável pelo tratamento: DENOS Medical Assistance, 42 avenue de la Grande Armée, 75017 Paris, n.º de inscrição na Conservatória do Registo Comercial (R.C.S.): 525 151 890 Conservatória do Registo Comercial (R.C.S.) Paris. Encarregado da proteção de dados: DPO@denosgroup.com.

## 5. Dados pessoais sujeitos a tratamento

A DMA recolhe as informações necessárias ao funcionamento da sua atividade e ao bom funcionamento dos serviços propostos.

Trata-se essencialmente de:

- Informações relativas ao estado civil (apelido, nome próprio, data de nascimento, cidade de nascimento, etc.)
- De informações de contacto (número de telefone, endereço postal, endereço de correio eletrónico, etc.)
- Informações relativas à situação profissional (entidade empregadora, estatuto, cargo, etc.)
- Informações relativas à saúde necessárias para a correta prestação dos serviços da DMA subscritos (elementos dos registos clínicos, programação e etapas do percurso de tratamento, patologias, etc.)

### 5.1. Recolha, finalidades e base jurídica

| Informações recolhidas   | Finalidades   | Base jurídica  |
|--|---|--|
| <p><b>Informações relativas ao estado civil:</b> Apelido, nome próprio, data de nascimento, cidade de nascimento</p> <p><i>Estes dados são comunicados voluntariamente</i></p> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão do percurso de tratamento</li> <li>• Acompanhamento dos doentes</li> <li>• Seguimento das doenças crónicas</li> </ul> | <p>O nosso interesse legítimo em fornecer uma prestação de serviços eficaz, em conformidade com as nossas obrigações contratuais, em responder a qualquer pedido ou reclamação recebido.</p> |

| Informações recolhidas   | Finalidades  | Base jurídica  |
|--|--|--|
| <b>Informações de contacto:</b><br>número de telefone, endereço postal, endereço de correio eletrónico, etc.                               | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Proteção dos interesses vitais do titular dos dados (por exemplo, situações de emergência médica em caso de vida ou de morte)</li> <li>• O tratamento de dados pessoais é necessário para a execução de um serviço de interesse público</li> <li>• Gestão dos colaboradores da DMA</li> </ul> | O nosso interesse legítimo em exercer ou defender os direitos dos titulares de dados ou os nossos direitos, em conformidade com as disposições legais aplicáveis.                    |
| <b>Informações relativas à situação profissional:</b><br><b>entidade empregadora, estatuto, cargo, etc.</b>                                |  | As nossas obrigações legais, regulamentares ou deontológicas (tais como a manutenção de registos, prevenção de fraudes, etc.)  |
| <b>Informações relativas à saúde:</b><br>elementos dos registos clínicos, programação e etapas do percurso de tratamento, patologias, etc. |  |  |
| <b>Quaisquer outros dados que os titulares dos dados decidam comunicar-nos</b>   |  | <i>Consentimento dos titulares dos dados. Ao decidir comunicar-nos dados que não pedimos, os titulares dos dados consentem em que os utilizemos para as finalidades mencionadas.</i> |

## 5.2. Consentimento

A recolha e o tratamento de dados pessoais que necessitam do consentimento do titular dos dados, exceto nos casos em que este tratamento decorra de uma obrigação jurídica ou de uma execução contratual. Os titulares dos dados podem revogar o seu consentimento a qualquer momento, contactando o encarregado da proteção de dados (cf. parágrafo 9).

Este consentimento pode ser, de acordo com as modalidades de intervenção da DMA (serviços da DMA incluídos em garantias de seguro, serviços propostos independentemente de contratos de seguro, etc.) e de acordo com a natureza dos dados pessoais em causa:

- Recolhido pela seguradora ou pelo gestor de seguros parceiro da DMA,
- Recolhido diretamente pela DMA junto do titular dos dados.

Com efeito, em certas situações, a seguradora ou o gestor de seguros é obrigado a recolher o consentimento para que os dados que detém para as suas próprias finalidades sejam transmitidos através do seu intermediário à DMA, a fim de que esta última possa fornecer os serviços subscritos. Se forem necessários dados pessoais adicionais para a correta realização dos serviços da DMA, esta última recolherá diretamente o consentimento correspondente do titular dos dados.

A DMA assegura que o consentimento gerido pelas seguradoras é transparente, informando os titulares dos dados, no momento da recolha dos seus dados pessoais, sobre a forma como a DMA os utiliza e sobre a sua eventual partilha com terceiros.

Os dados são recolhidos lealmente, não se procedendo à recolha sem o conhecimento do titular.

### 5.3. Prazo de conservação

Os dados pessoais recolhidos pela DMA são conservados durante um prazo limitado que não excede o prazo necessário para as finalidades de recolha. Para o tratamento fora das atividades de investigação, o prazo de conservação dos dados relativos à saúde é de 10 anos.

Casos especiais:

Em determinadas situações específicas, é da responsabilidade do responsável pelo tratamento, proceder a uma avaliação do prazo de conservação dos dados (por exemplo: em caso de morte de um doente, de mudança de residência ou de despedimento, etc.).

### 5.4. Minimizar a recolha e a conservação dos dados pessoais

A DMA recolhe, utiliza, transmite e trata os dados pessoais necessários para os fins identificados na presente política de proteção de dados pessoais ou permitidos por lei. Se forem pedidos dados pessoais para outros fins que não as finalidades acima identificadas, a DMA informará os titulares dos dados da nova base e da nova finalidade e, se for caso disso, será pedido o consentimento respetivo para o tratamento de dados pessoais.

Os dados pessoais serão conservados pela DMA durante o prazo necessário para a correta execução da finalidade para a qual foram recolhidos e em conformidade com os requisitos jurídicos. Em caso de litígio, poderão ser conservados até ao termo do prazo de prescrição.

Assim que os dados pessoais são recolhidos com base no consentimento, serão conservados até que o titular dos dados exprima o direito de se opor à continuação do tratamento dos seus dados, se nenhuma outra base prevalecer.

Os prazos de conservação dos dados podem ser sensivelmente alterados quando estão em causa finalidades de arquivamento de interesse público, motivos históricos, científicos ou estatísticos. Nesse caso, a DMA compromete-se a adotar as medidas de conservação e de segurança adequadas.

O armazenamento e a conservação dos dados para fins estatísticos serão proporcionais à finalidade pretendida, respeitando a essência do direito à proteção dos dados pessoais e prevendo medidas adequadas e específicas para defender os direitos e interesses fundamentais do titular dos dados.

Quando os dados pessoais deixarem de ser necessários, serão anonimizados de forma irreversível (caso em que é possível conservar e utilizar informações anónimas) ou destruídos de forma segura.

## 6. Medidas de segurança técnicas e organizacionais

A DMA, na sua qualidade de responsável pelo tratamento, pretende garantir aos titulares dos dados a segurança dos tratamentos que são efetuados sobre os dados pessoais e evitar qualquer violação na aceção do RGPD (em especial, violação de segurança de forma acidental ou ilícita, destruição, perda, alteração de dados ou divulgação não autorizada de dados pessoais e acesso não autorizado a esses dados).

Para este fim, a DMA implementa medidas técnicas e organizacionais adequadas, garantindo um nível de segurança adequado aos riscos apresentados pelos tratamentos implementados.

A DMA implementou medidas de segurança técnicas e organizacionais (físicas, eletrónicas e processuais) adaptadas à sensibilidade das informações que conservamos e tratamos. Em especial:

- Os dados pessoais são armazenados e arquivados em França
- Os dados e os fluxos de comunicação são cifrados utilizando algoritmos de cifragem em conformidade com o estado da arte
- Escolha de tecnologias digitais que apresentam os mais elevados padrões de segurança,
- Proteção das aplicações por uma autenticação forte,
- Sistema de habilitações dos colaboradores diferenciadas, de acordo com os tipos de dados em causa, o seu nível de sensibilidade e a função do colaborador,
- Acesso seguro aos locais,
- Formação e gestão dos colaboradores da DMA que lidam com dados pessoais dedicados ao respeito pela segurança e a privacidade,
- Para além dos aspetos relacionados com o RGPD, habilitação do «segredo médico» de todos os colaboradores com acesso a informações médicas sob qualquer forma, com emissão de um certificado renovado e atualizado de 2 em 2 anos,
- Regulamento sobre a utilização segura dos recursos informáticos pelos colaboradores da DMA

## 7. Transferência de dados para países terceiros

No caso de o tratamento de dados realizado pela DMA implicar a transferência de dados pessoais para um país terceiro (situado fora da União Europeia, ou sem um nível de proteção adequado na aceção da regulamentação europeia), ou para uma organização internacional, a DMA compromete-se a implementar medidas que garantam as disposições previstas pela regulamentação do RGPD e a fazê-las respeitar pelos seus colaboradores e subcontratados.

## 8. Exatidão dos dados, responsabilidade, transparência e direitos dos titulares dos dados

A DMA garante que os dados pessoais são exatos, completos e atualizados. Os titulares de dados devem contactar por endereço eletrónico [dpo@denosgroup.com](mailto:dpo@denosgroup.com) para atualizar os seus dados quando necessário.

Todas as questões relativas às práticas de privacidade da DMA devem ser dirigidas ao encarregado da proteção de dados da DMA por endereço eletrónico para [dpo@denosgroup.com](mailto:dpo@denosgroup.com) e/ou endereço postal: À DENOS Medical Assistance, à atenção do responsável pela proteção de dados (RPD), 42, avenue de la Grande Armée 75017 Paris - France.

O titular dos dados tem o direito, nas condições e para a aplicação dos artigos 12.º a 22.º do RGPD, de pedir, a qualquer momento, ao responsável pelo tratamento, para:

- Fornecer mais dados sobre como utiliza e trata os seus dados pessoais
- Aceder aos dados pessoais que lhe digam respeito e às informações previstas no RGPD
- A retificação ou o apagamento, sem prazo justificado, incluindo o exercício do direito de limitação e de «ser esquecido», quando, na ausência de outra base jurídica para o referido tratamento:
  - Os dados pessoais já não são necessários para a finalidade que motivou a sua recolha
  - O titular dos dados retira o seu consentimento, apenas aplicável aos casos em que este esteja na base da recolha e do tratamento de dados;
  - O titular dos dados opõe-se ao tratamento dos seus dados para além do prazo máximo de conservação

- A limitação do tratamento de dados, se alguma das seguintes situações se aplicar:
  - Contestação da exatidão dos dados pessoais após um período suficiente que permita ao responsável pelo tratamento verificá-los e atualizá-los
  - O tratamento é ilícito e o titular dos dados opõe-se à eliminação dos dados pessoais e pede, em contrapartida, a limitação da sua utilização
  - O responsável pelo tratamento já não precisa dos dados pessoais para fins de tratamento, mas estes dados são necessários para que o titular dos dados declare, exerça ou defenda um direito na justiça
  - O titular dos dados opõe-se ao tratamento, até os motivos legítimos serem verificados pelo responsável pelo tratamento
- A portabilidade dos dados, para que o titular dos dados os possa transmitir a outros responsáveis pelo tratamento, se o tratamento se fundamentar no consentimento, ou se o tratamento for efetuado por meios automatizados
- Não estar sujeito a decisões individuais automatizadas, incluindo perfis
- O direito de retirar o seu consentimento a qualquer momento, desde que esteja na base da recolha e do tratamento dos dados, caso contrário compromete a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado até à data da sua retirada.

Estes direitos, embora reconhecidos no RGPD, não são absolutos, pelo que devem ser ponderados à luz das obrigações legais que incumbem à DMA e, assim, à luz dos seus direitos e interesses. Os pedidos dos titulares dos dados serão tratados dentro dos limites estabelecidos pelo RGPD.

Por motivos de segurança e de proteção de dados, no exercício de qualquer dos direitos acima referidos, o responsável pelo tratamento pode exigir um documento que comprove a identidade do titular dos dados.

## 9. Direito aplicável e jurisdição competente

Esta política de privacidade e de proteção de dados rege-se pela lei francesa.

No caso de violação de dados pessoais que constituam um risco em relação à privacidade (perda de integridade, de disponibilidade e de confidencialidade), será enviada uma notificação à CNIL (Comissão Nacional da Informática e Liberdades) o mais rapidamente possível, e isto, em conformidade com o artigo 33.º do RGPD, o mais tardar no prazo de 72 horas. Se o incidente representar um risco elevado para a privacidade dos titulares dos dados, estes serão igualmente notificados.

## 10. Seguimento e alterações da presente política

A presente política é um documento suscetível de evolução, que pode sofrer alterações ou ser substituído por uma nova versão. A revisão sistemática do documento, no mínimo de 18 em 18 meses, é necessária para integrar as potenciais evoluções da DMA e da regulamentação. Esta revisão é da responsabilidade do DPO (Data Protection Officer ou responsável pela proteção de dados).

Última atualização a maio 2023